

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2015
(Da Sra. Tia Eron)

Inscreve o nome de Dandara dos Palmares e de Luiza Mahin no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam inscritos os nomes de Dandara e de Luiza Mahin no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que *dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria*, estabelece que o *“Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.”*

Atualmente, são 42 os nomes inscritos no livro de aço que imortaliza os heróis da nossa Pátria. Entre esses nomes, apenas três são mulheres – Anna Nery, Anita Garibaldi e Bárbara de Alencar – e nenhuma delas é negra.

CD150224053515

CD150224053515

Durante os quase quatro séculos de escravidão no Brasil, a luta do povo negro e a sua resistência sofreram tentativas sucessivas de serem apagadas das páginas da história oficial. Mesmo no Brasil de hoje, que tanto avançou no campo da democracia e da cidadania, perduram práticas e concepções racistas que, associadas a ideias discriminatórias em relação às mulheres, mantêm apartadas das comemorações cívicas e dos livros escolares as nossas heroínas negras e sua relevância no processo de construção deste País.

A proposta que ora apresentamos constitui um passo em direção à mudança dessa realidade. Nosso projeto pretende inscrever, no Livro dos Heróis da Pátria, os nomes de Dandara dos Palmares e de Luiza Mahin, duas lideranças femininas negras que lutaram bravamente contra o sistema escravocrata.

Guerreira do período colonial do Brasil, Dandara¹ foi esposa de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, com quem teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogíton. Não há registros do local onde nasceu, tampouco da sua ascendência africana. Relatos e lendas levam a crer que nasceu no Brasil e se estabeleceu no Quilombo dos Palmares quando criança.

Dandara contrariava o modelo feminino do seu tempo. Além de executar serviços domésticos, plantava, trabalhava na produção de farinha de mandioca e caçava. Dominava técnicas de capoeira, empunhava armas e teria lutado ao lado de homens e mulheres nas muitas batalhas decorrentes de ataques a Palmares. Grande estrategista, auxiliava Zumbi na concepção dos planos de defesa do Quilombo.

Obstinada pela liberdade, Dandara contribuiu com toda a construção da sociedade de Palmares, e para sua organização socioeconômica, política, familiar. Segundo os relatos sobre essa heroína negra, a companheira de Zumbi não aceitava limites quando o que estava em jogo era a segurança do quilombo e a eliminação do inimigo, tendo sido inclusive contrária à proposta de paz do governo português, que ela acreditava ser um passo para a destruição da República de Palmares e a volta à escravidão.

¹ Informações obtidas no sítio da Fundação Palmares, em: <http://www.palmares.gov.br/?p=33387>

A causa de sua morte, em seis de fevereiro de 1694, é controversa. Há quem afirme que, acuada, ela teria se suicidado para não voltar à condição de escravizada. Outros defendem que teria sido assassinada pelo exército português.

Hoje – referência no movimento negro e homenageada por grupos feministas – Dandara é exemplo de mulher forte, livre, mãe, companheira, líder e guerreira.

Luiza Mahin², por sua vez, esteve envolvida na articulação de todas as revoltas e levantes de escravos que ocorreram na então Província da Bahia nas primeiras décadas do século XIX, tendo se destacado por sua atuação na Revolta dos Malês, em 1835.

Malê era o nome pelo qual os africanos muçulmanos e alfabetizados em árabe eram conhecidos na Bahia. Ao longo da primeira metade do século XIX, diversas revoltas foram articuladas pelos malês, com o objetivo de conquistar a liberdade. A mais famosa foi o levante de 1835, quando os revoltosos chegaram a ameaçar o poder colonial e instituíram um quartel general na sede administrativa da cidade. Traídos, os líderes foram presos e executados e a revolta barbaramente dispersada, com diversos assassinatos de escravos e ex-escravos de origem iorubá.

Luiza Mahin, já alforriada, trabalhava como ganhadeira (vendedora de quitutes) pelas ruas do centro de Salvador e morava no Solar do Gravatá, onde hoje funciona a Casa de Angola. Sua inexorável crença na liberdade e a facilidade que tinha para circular pelas ruas como quituteira transformaram-na em uma das principais articuladoras do movimento Malê. Conta-se que, em seus tabuleiros, foram transmitidas, em árabe, as mensagens que deram corpo à revolta.

Mãe do poeta e advogado abolicionista, Luiz Gama, foi descrita pelo filho³ como uma africana livre, de baixa estatura, magra, bonita, preta retinta com dentes alvos, altiva, geniosa e nagô (como os africanos de origem iorubá eram chamados na Bahia colonial).

² <http://www.palmares.gov.br/?p=26662>

³ In: <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/11/10/luiza-mahin-e-a-consciencia-negra/>

Segundo essa mesma fonte, Luiza teria nascido por volta de 1812, no antigo Daomé (atual Benin), Costa da Mina, um dos portos que viveu intenso tráfico negreiro entre os séculos XVI e XIX. Teria chegado à Bahia como escrava, mas, na África, era uma princesa.

Quando Luiz Gama tinha oito anos, e após o fracasso do Levante Malê, Luiza Mahin teria entregado o filho aos cuidados do pai e fugido para o Rio de Janeiro, onde ajudou a organizar outras revoltas de escravos até sua morte, em data ignorada. Outra versão existente é que, no Rio de Janeiro, teria sido encontrada, presa e deportada para Angola.

Até onde se sabe, não existem documentos considerados oficiais que atestem a existência de Luiza, tais como certidões de batismo ou carta de alforria. A ausência da certidão, defendem os historiadores que usam como prova da existência dela a carta de seu filho, justifica-se pelo fato de Mahin ter rejeitado o sacramento cristão e ter continuado até sua morte, professando a crença nos orixás tal como a trouxe da África, sem o sincretismo.

Outra prova da existência de Luiza é uma pesquisa feita nos anos quarenta, em que foram recolhidos diversos relatos sobre os personagens populares que lideravam revoltas de escravos na Bahia do século XIX. Nessa enquete, um dos nomes mais citados por pessoas que beiravam os noventa ou cem anos de idade e que, por sua vez, tinham escutado essas histórias de seus pais ou avós, era o de Luiza Mahin.

A despeito da dificuldade historiográfica de se documentar a vida de Luiza Mahin e Dandara dos Palmares, a importância dessas personagens para resgatar a história afro-brasileira e o papel feminino na construção desta Nação justifica, de modo contundente, a proposta que ora oferecemos.

Inscrever no Livro dos Heróis da Pátria, ao lado de Zumbi dos Palmares, os nomes dessas duas mulheres negras – ícones da luta pela abolição da escravatura – tem imenso valor simbólico de reparação e de reafirmação negra e feminina, na medida em que representa o reconhecimento oficial da sua existência e da relevância de seu papel histórico.

Assim, certa da importância desse projeto de lei, conto com o apoio irrestrito dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2015.

DEPUTADA TIA ERON